

MAROTO, G. N. V. **Terapia ocupacional: discursos e práticas no Estado de São Paulo.**
São Carlos, UFSCar/PPGE, 1991. Programa de Pós-Graduação em Educação. (Dissertação de Mestrado).

RESUMO

O presente estudo é uma reflexão sobre as respostas práticas e discursivas de terapia ocupacional à questão da reinserção social de sua clientela.

Para isso, buscou-se conhecer a inserção dessa profissão nas estruturas assistenciais do Estado de São Paulo, no período de 1964 a 1980.

Tal inserção sofreu significativas modificações a partir das reformas modernizadoras da assistência social e de saúde ocorridas no pós 64.

A terapia ocupacional passou a ser incluída nas políticas públicas, teve seu campo de atuação diversificado e, sobretudo, passou a intervir diretamente junto às "populações marginalizadas".

Além disso, foi a partir de 64 que a categoria começou a se organizar com vistas a se legitimar, jurídica e socialmente, como profissão de nível superior, autônoma e capaz de responder de maneira científica às novas demandas sociais.

A Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais, fundada em 1964, constituiu o fórum privilegiado dos debates e lutas da categoria.

O discurso do Estado sobre a questão da reinserção social das populações usuárias dos serviços da assistência não é homogêneo.

No caso dos trabalhadores acidentados a reinserção associava-se à reintegração no mercado de trabalho, ao passo que para os doentes mentais, deficientes, idosos e menores carentes o discurso oficial limitava-se a propor uma abstrata "integração na comunidade" que, em última instância, traduzia-se no ajustamento do indivíduo à família ou às instituições asilares.

A terapia ocupacional também enfatizava o objetivo da reinserção social da clientela. Porém, a análise dos relatos sobre a prática clínica dos terapeutas ocupacionais, apresentadas em encontros científicos no período, evidencia que a atuação profissional orientava-se, majoritariamente, para a recuperação das habilidades funcionais, para o ajustamento do indivíduo consigo próprio, e para a sua adaptação à família e as instituições asilares.